

## Passeios e Comeres da Dieta Mediterrânica Passeio (Folheto de apoio)

MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA 2014  
www.museumunicipaldetavira.tavira.pt

Atividade integrada no ciclo de passeios e oficinas sobre os saberes-fazeres da cozinha mediterrânica "Passeios e Comeres da Dieta Mediterrânica", desenvolvido no âmbito da exposição "Dieta Mediterrânica- Património Cultural Milenar". O que é a Dieta Mediterrânica? A exposição responde a esta questão dando a conhecer as suas múltiplas dimensões: o conceito de espaço cultural e de estilo de vida mediterrânico milenar, um património cultural imaterial transmitido de geração em geração e os seus aspetos sociais e religiosos, os alimentos sagrados e as suas simbologias, os produtos do mar e da terra que dão suporte a um regime alimentar de excelência reconhecido pela OMS Organização Mundial de Saúde.

A *Dieta Mediterrânica* integra a Lista Representativa de Património Imaterial da Humanidade, tendo sido inscrita em 4 de dezembro de 2013. Tavira é a comunidade representativa de Portugal. Subscreveram esta candidatura transnacional, sete Estados com culturas mediterrânicas milenares: Portugal (Tavira), Chipre (Agros), Croácia (Hvar e Brac), Grécia (Koroni), Espanha (Soria), Itália (Cilento) e Marrocos (Chefchaouen).



## DO PÃO E DOS CEREIS

Os cereais integram a trilogia da cultura alimentar mediterrânica: pão, azeite e vinho. Existem, no entanto, testemunhos sobre a grande falta de "terras de pão" no Algarve. Os figueirais seriam a sua maior riqueza (Baptista Lopes 1841, Carminda Cavaco 1976, Magalhães 1993, entre outros). Atualmente são comuns as memórias de matar a fome com figo seco em tempos de carestia.

Ao longo da História assistiu-se a inúmeras crises agrícolas de *pão*. Várias foram as tentativas de resolução- desde a obrigatoriedade de cultivar os terrenos (por exemplo, a *Lei das Sesmarias*) à sempre necessária importação de cereais panificáveis. Registe-se, em tempos mais recentes, algo que veio a constituir um ponto de viragem na orientação da economia cerealífera e que teve reflexos duradouros na paisagem- o regime que ficou conhecido pela "Lei da Fome". De forma a diminuir a dependência externa em relação a fornecedores estrangeiros e a aumentar a produção, no final do século XIX, o governo toma medidas protecionistas face à importação de géneros alimentícios. Um dos focos destas políticas foi o trigo (juntamente com outros cereais panificáveis). As suas principais disposições estão consignadas em duas leis, promulgadas em 1889 e 1899. Este regime jurídico implementa: i) a regulamentação dos preços de trigo mole e rijo nacionais praticados no Mercado Central de Produtos Agrícolas; ii) a obrigatoriedade de, todos os anos, os produtores e detentores de trigo declararem a quantidade para venda deste cereal (manifesto); iii) a obrigação dos fabricantes de farinha de comprar o trigo nacional aos produtores até este acabar- caso não o fizessem, não seriam autorizados a importar. Houve algumas contrariedades: devidos a vários fatores, muitos agricultores não faziam o manifesto dos cereais; a indústria moageira não tinha trigo disponível em determinados períodos, aumentando frequentemente os preços do pão, contrariando desta feita o objetivo inicial das leis - o pão, base da alimentação da classe trabalhadora urbana, nunca poderia encarecer (Reis 1979).

Este regime protecionista havia de vigorar durante bastante tempo, ainda durante o século XX. Acresceu ainda a intenção de promover a expansão agrícola, desta feita através de aperfeiçoamentos técnicos e medidas de encorajamento de uso de variedades de semente melhorada e de adubos químicos. A partir de 1928, inicia-se a Campanha do Trigo, procedendo-se a arroteias de grandes extensões de terra, nomeadamente no Alentejo, para cultivo de cereais (Pais *et al* 1976, 1978).

Desde sempre que a agricultura teve uma expressão muito forte em Tavira pese embora as diferenças no território. Não será pois coincidência, a criação de um Posto Agrícola em Tavira, em 1927, sede da XV Estação Agrária Nacional, tendo em vista a investigação científica e o aconselhamento dos agricultores. Na década de 40, há dois marcos a referir: a criação do Grémio da Lavoura de Tavira, o primeiro do Algarve, em 1940; e a fundação da Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, em 1949. O Grémio, para além do apoio aos agricultores, tinha a seu cargo os serviços da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, entre outras políticas estatais. A Cooperativa Agrícola é uma referência muito presente quando se fala hoje em dia com os agricultores da zona de Tavira devido às mudanças que introduziu. Para além do estatuto cooperativo, de referir a construção de estradas na serra de Tavira, fundamentais para a distribuição dos produtos agrícolas e para a circulação de grandes máquinas. Refira-se por exemplo, as debulhadoras, propriedade da Cooperativa, essenciais no ciclo do pão e, que segundo os habitantes locais, em tempos idos chegavam a ficar vários dias na Mealha (freguesia de Cachopo), tal era a fartura de cereal para debulha.

O que ficou de tudo isto? Agora olhamos para a paisagem à nossa frente, onde se vê estevas, mato rasteiro e alguns sobreiros, podemos imaginar campos de cereais a perder de vista e, antes deles, pasto e sobreiros (estes ainda constituem parte da economia dos habitantes da serra, devido ao precioso valor da cortiça).



Máquina debulhadora (à esq.). Ensaios de cereais (à dir.). (Fotos recolhidas no Posto Agrário de Tavira, *circa* 2003). © Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, sem data.



Folhetos de divulgação da cultura do milho híbrido, lançados pela Secretaria de Estado da Agricultura (recolha no Posto Agrário de Tavira, *circa* 2003). © Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, sem data.



## MOINHO BRANCO DE CACHOPO

Situado nos limites do núcleo urbano de Cachopo, o Moinho Branco, à semelhança dos palheiros existentes na zona serrana algarvia, é um edifício de planta circular, com uma base cilíndrica de alvenaria em xisto e um tecto cónico de coberto vegetal.

Este moinho é apelidado de branco por ter laborado sobretudo na moagem de trigo e milho, contrariamente ao Moinho Preto situado nas suas imediações que moía outros cereais que resultavam em farinhas mas escuras, tal como a cevada ou o centeio.

Figurando num leque de arquitectura tradicional directamente ligada às necessidades de armazenagem e transformação daquilo que a terra dá, os moinhos, quer sejam de água ou de vento, pontuam a paisagem um pouco por toda a serra algarvia. [...] Implementados estrategicamente em zonas altas ou encostas ventosas, os moinhos de vento testemunham o engenho humano na arte de utilizar a natureza em seu favor.

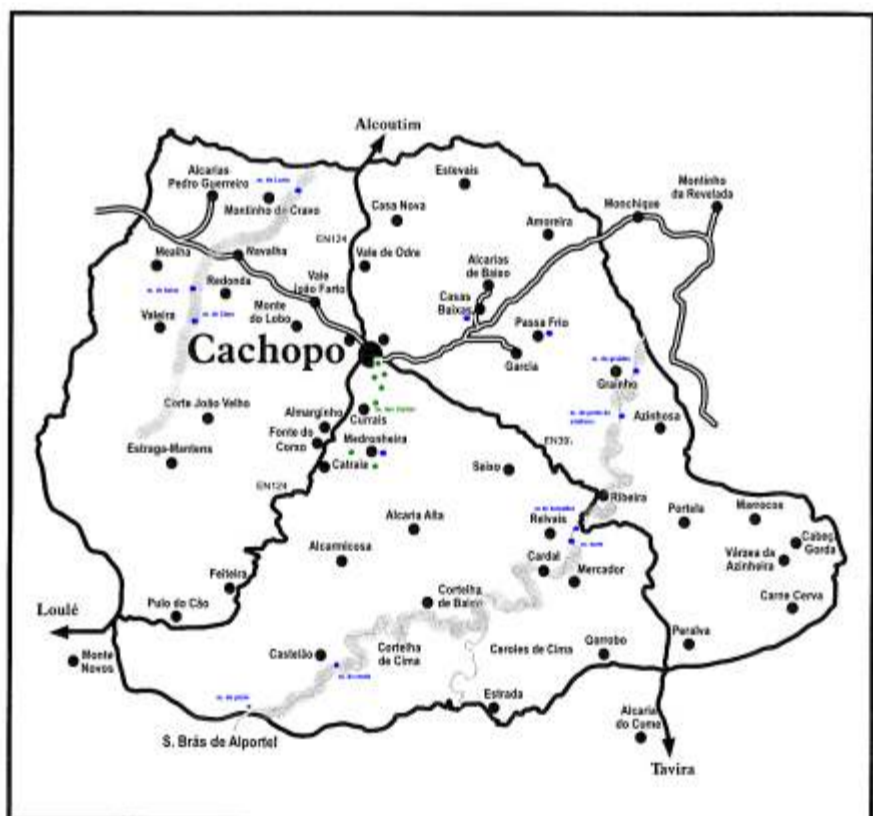
O Moinho Branco de Cachopo é exemplo disso. Se seguirmos a classificação proposta por Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano em Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem (1983), no que diz respeito à forma como as velas são posicionadas para o vento, podemos classificá-lo como um moinho de cabresto, visto a tracção ser realizada por meio de uma corda ou vara lançada ao focinho do mastro. Uma vez posicionado o mastro na posição certa, o vento dava o mote e a engrenagem começava, por meio de um complexo jogo de forças exercidas por entrosclas e veios, a funcionar. O cereal, neste caso o trigo ou o milho, era colocado na toldra e esta com os impulsos dados pelo chamadouro, abanava e fazia lentamente o cereal cair no meio da mó andadeira, que se encarregava de o transformar em farinha.

Este moinho assim funcionou durante o séc. XIX e início do séc. XX, ano após ano, entre o fim da debulha e o início das primeiras grandes chuvas, altura em que o cereal passava a ser moído nos moinhos de água. O auge da sua actividade verificou-se nos anos 20 e 30, aquando da Campanha de Produção Agrícola e a intensificação da cultura do trigo. Anos depois, o edifício foi abandonado tal como as terras e a agricultura, e hoje, num esforço conjunto entre a Câmara Municipal de Tavira e os proprietários, foi realizada uma intervenção de fundo que o fez renascer para um novo uso, enquadrado em acções de preservação e divulgação do património cultural concelhio.

Joana Cartaxo, antropóloga (Agenda Municipal de Tavira, 04/09/2006)



Custódio Campos, moleiro, no interior do moinho branco (em cima). Verificando o cabresto (corda presa ao marco para travagem do moinho); ao fundo o moinho preto (em baixo). © Município de Tavira/ Luísa Ricardo, 2014.



Mapa da localização de moinhos de água (azul) e de vento (verde) no concelho de Cachopo- estudo em processo (adaptado a partir de Campos 2005).



Toldra e mó andante. © Município de Tavira/Luísa Ricardo, 2014.

Fontes: Entrevistas com Custódio Campos (moleiro) e com a esposa, Virgínia Campos (março de 2014)

Bibliografia:

Cavaco, Carminda. 1976. *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*. Vol. I. 2 vols. Faro: Gabinete do Planeamento da Região do Algarve.

Campos, Maria José. 2005. *Cachopo e a sua História. Apontamentos Monográficos 1500-2005*. Tavira: Edição de autor.

Lopes, João Baptista da Silva. 1988 [1841]. *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. Vol. 1o. Faro: Algarve em Foco Editora.

Magalhães, Joaquim Romero. 1993. *O Algarve Económico 1600-1773*. Histórias de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa.

Pais, José Machado, Aida Maria Valadas de Lima, José Ferreira Baptista, Maria Fernanda Marques de Jesus, e Maria Margarida Gameiro. 1976. "Elementos Para a História do Fascismo nos Campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38 (i)." *Análise Social* XII (46): 400-474.

Pais, José Machado, Aida Maria Valadas de Lima, José Ferreira Baptista, Maria Fernanda Marques de Jesus, e Maria Margarida Gameiro. 1978. "Elementos Para a História do Fascismo nos Campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38 (ii)." *Análise Social* XIV (54): 321-389.

Reis, Jaime. 1979. "A «Lei Da Fome»: As Origens do Protecçãoismo Cerealífero (1889-1914)." *Análise Social* XV (60): 745793.

\*\*\*Elaborado por Luísa Ricardo (antropóloga, CMT) para o Inventário do Museu Municipal de Tavira, março de 2014.